



V ENJIE

Encontro Nacional de Jovens
Investigadores em Educação

Livro de Atas

Ficha Técnica

Título: Livro de Atas do V ENJIE: Investigação em Educação e Responsabilidade Social - vozes dos jovens investigadores

Organizadoras: Maria Helena Araújo e Sá & Lina Morgado

Design e paginação: Joana Pereira

Editora:

UA Editora

Universidade de Aveiro

Serviços de Documentação, Informação Documental e Museologia

1ª edição - fevereiro 2022

ISBN: 978-972-789-731-5

DOI: <https://doi.org/10.48528/tr7a-j538>

Os textos desta publicação são decorrentes dos resumos apresentados pelos autores durante V Encontro de Jovens Investigadores em Educação, publicados no Livro de Resumos disponível em https://enjie.pt/2021/wp-content/uploads/2021/04/V-ENJIE_Layout-livro-resumos_VF_compressed.pdf, e foram revistos e aprovados por pares. As versões finais são da inteira responsabilidade dos seus autores.

Financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projetos UIDB/00194/2020 e UIDP/00194/2020, UIDB/04372/2020 e UIDP/04372/2020

AVALIAÇÃO INTERDISCIPLINAR NO ÂMBITO DA AUTONOMIA E FLEXIBILIDADE CURRICULAR - MITO OU REALIDADE?

Carlos M. Zacarias

Universidade de Évora
d44794@alunos.uevora.pt

Isabel Fialho

CIEP – Universidade de Évora
ifialho@uevora.pt

Marília Cid

CIEP – Universidade de Évora
mcid@uevora.pt

Resumo

A educação está a mudar e as escolas estão a adaptar-se ao novo paradigma previsto na atual legislação, que é complementada pelo Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (Martins et al., 2017), pelas Aprendizagens Essenciais e pelos novos currículos. Um dos aspetos mais importantes no processo de ensino e aprendizagem é a avaliação que também é um dos mais complexos dada a dificuldade em implementar uma via mais formativa, onde “o currículo e a avaliação deixam de ser vistos como processos separados e esta passa a estar ao serviço da aprendizagem dos alunos” (Cid & Fialho, 2011, p. 110). A mais recente redação legislativa recomenda que a educação traduza uma visão interdisciplinar do currículo e refere, também, a utilização sistemática da modalidade de avaliação formativa que, pelo caráter regulador, fomenta a melhoria das aprendizagens. Assim, ligando esses dois conceitos deparamo-nos com o que se pode designar por “avaliação interdisciplinar”. Se planificar e lecionar interdisciplinarmente 89

não é fácil, avaliar de forma interdisciplinar também é complexo, pois “os critérios de avaliação são uma construção social que se baseia na análise cuidadosa de diferentes elementos do currículo (...) para o adequar ao (...) projeto educativo” (Fernandes, 2020, p. 13). Esta investigação de doutoramento fruto de uma inquietação pessoal, mas também da motivação dada pela vontade de tentar responder a questões colocadas pela generalidade dos docentes, procura saber como estão as escolas a avaliar as aprendizagens dos alunos em contextos de trabalho interdisciplinar. Pretende-se, assim, estudar quatro escolas com diferentes fases de integração na Autonomia e Flexibilidade Curricular, para tentar perceber se há trabalho interdisciplinar e como está a ser feita a avaliação pedagógica desse trabalho dos alunos. Para esta temática, de acordo com o objetivo da investigação, o paradigma escolhido é o interpretativo, a abordagem é qualitativa e a modalidade é a de estudos de caso múltiplos porque esta “permite compreender e contrastar muitos aspectos dos fenómenos” (Ponte, 2006, p.16). A interdisciplinaridade dá azo a trabalho colaborativo, isto é, “articulado e pensado em conjunto” (Roldão, 2007, p.27) e nesta investigação, que tem em comum, com outra tese do Programa de Doutoramento, a temática da colaboração docente, procurou-se algum isomorfismo de processos, desenvolvendo uma experiência de colaboração, concretizada em algumas das etapas do estudo.

Palavras-chave: Avaliação Pedagógica; Interdisciplinaridade; Educação; Autonomia e Flexibilidade Curricular; Aprendizagem.

Introdução

A educação está em processo de mudança e as escolas estão a tentar adaptar-se à Autonomia e Flexibilidade Curricular (AFC), o novo paradigma previsto no quadro legislativo composto pelo Despacho 5908/2017, pelo Decreto-Lei 54/2018, pelo Decreto-Lei 55/2018, e pela Portaria 223-A/2018, que é complementado com os instrumentos enquadreadores de referência: o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (Martins et al., 2017), as Aprendizagens Essenciais e os novos currículos para o ensino básico e secundário. A rápida entrada em vigor deste conjunto documental encontrou resistência na pouca propensão para a mudança, ainda uma realidade, na cultura docente. Esta conjuntura criou uma dificuldade acrescida, ao nível da avaliação pedagógica, que ainda provoca algumas inseguranças na comunidade educativa. A avaliação formativa não é fácil de pôr em prática e cada vez mais se tem vindo a exigir a sua efetiva integração no processo de

ensino e aprendizagem. A esta complexidade alia-se a necessidade de avaliar interdisciplinarmente tendo em consideração os instrumentos enquadradores. A questão que se coloca é: como estarão as escolas a conceber, planificar, implementar e, em concreto, a avaliar as aprendizagens dos alunos em contextos de trabalho interdisciplinar?

Breve Contextualização Teórica

Tentar entender o conceito de interdisciplinaridade é “complicado devido à considerável diferença de opinião acerca da sua origem. Para alguns, é antiga remontando a Platão e Aristóteles, (...) que foram descritos como pensadores interdisciplinares e para outros é um fenómeno inteiramente do século XX” (Klein, 1990, p. 19).

Na ótica de Fortes (2011), a noção de disciplina é “fundamental para que se possa entender o desenvolvimento das ciências, do pensamento humano” (p. 21), trata-se de um conceito crucial “para se entender o termo interdisciplinaridade” (p. 21). Ainda segundo a mesma autora, “o carácter disciplinar do ensino formal dificulta a aprendizagem do aluno, não estimula (...) o pensar sobre o que está sendo estudado” (p. 23), o que é corroborado por Morin (2000) que afirma que “o parcelamento e a compartimentação dos saberes impedem apreender o que está tecido junto” (p. 45). A “indefinição sobre interdisciplinaridade origina-se ainda dos equívocos sobre o conceito de disciplina” (Fazenda, 1999, citada em Fortes, 2011, p. 21). Um outro importante aspeto do processo do ensino e da aprendizagem é a avaliação pedagógica que, ao invés do que sucedia antes – servir “para separar os alunos que aprendiam dos que não aprendiam” (Fernandes, 2021, p.8) deve, isso sim, servir para a regulação do processo de ensino e aprendizagem, fomentando a via formativa, na qual, segundo a perspetiva dos investigadores anglo-saxónicos “o feedback tem um papel primordial quase se confundindo com ela” (Fernandes, 2006, p. 27). No atual contexto educacional, “o currículo e a avaliação deixam de ser vistos como processos separados e esta passa a estar ao serviço da aprendizagem dos alunos” (Cid & Fialho, 2011, p. 110).

A legislação que enquadra a Autonomia e Flexibilidade Curricular recomenda que a educação traduza uma visão interdisciplinar do currículo e que defina áreas de confluência interdisciplinar. Designa ainda a utilização sistemática da modalidade de avaliação formativa, que pelo seu carácter regulador fomenta uma melhoria das aprendi-

zagens. Juntando os dois conceitos presentes na redação normativa, deparamo-nos com a “avaliação interdisciplinar”, que é necessária, por exemplo, nos sugeridos Domínios de Autonomia Curricular (DAC). O trabalho interdisciplinar vai exigir aos docentes o quebrar das barreiras disciplinares criadas por anos de estudo e trabalho específicos. Não pode ser encarado como uma soma de temáticas disciplinares, mas sim como uma lecionação em que os conteúdos das disciplinas surgem, verdadeiramente, combinados. Para alguns investigadores,

os objetos de estudo tiveram que se aproximar integrando (e não justapondo) as abordagens relativas às diferentes disciplinas. Esse interesse por uma abordagem interdisciplinar decorreu de uma postura metodológica favorecida (...) pelo desejo de combinar a áreas de especialização (...). (Berthiaume, David & David, 2011, p. 6).

Se planificar e lecionar interdisciplinarmente não é tarefa fácil, então, avaliar de forma interdisciplinar também será complexo. Daí que Fernandes (2020) afirme “que os critérios de avaliação são uma construção social que se baseia na análise cuidada de diferentes elementos do currículo (...) para o adequar ao seu projeto educativo” (p. 13) e prossiga com a ideia de que essa definição “terá em conta opções pedagógicas (...) nomeadamente no que se refere a perspectivas interdisciplinares e aprendizagens e competências transversais a desenvolver pelos alunos” (p. 13).

Objetivos e Motivações

O presente estudo tem como objetivo central compreender como os professores estão a avaliar o trabalho interdisciplinar, que é preconizado através da redação dos diplomas que regem a Autonomia e Flexibilidade Curricular. Esta problemática radicada na avaliação interdisciplinar surge de uma necessidade pessoal de aprofundar a temática da avaliação, conjugada com uma situação decorrente da vida profissional, onde ao longo de mais de vinte e cinco anos pude perceber, através da voz dos docentes, que uma das grandes dificuldades da sua atividade profissional é, precisamente, a avaliação, nas suas mais variadas modalidades. Assim sendo, pretende-se com este trabalho, investigar de que modo estão as escolas, com diferentes graus de integração na Autonomia e Flexibilidade Curricular, a avaliar

as aprendizagens dos alunos, decorrentes do trabalho interdisciplinar que é preconizado na redação normativa da educação, em Portugal. Para tal foram delineados os seguintes objetivos:

1. Compreender a resposta da comunidade educativa à necessidade imposta pela atual legislação, de trabalhar interdisciplinarmente;
2. Identificar a génese do trabalho interdisciplinar realizado nas escolas;
3. Caracterizar diferentes tipos de projetos interdisciplinares desenvolvidos pelas escolas;
4. Entender o processo avaliativo das aprendizagens dos alunos, associado ao trabalho interdisciplinar;
5. Identificar dificuldades sentidas na avaliação das aprendizagens dos alunos, ao nível do trabalho interdisciplinar;
6. Descrever os modelos identificados nas escolas, ao nível da avaliação das aprendizagens dos alunos em abordagens pedagógicas interdisciplinares;
7. Apresentar contributos para um possível referencial de avaliação, suscetível de ser aplicado na avaliação das aprendizagens dos alunos em contextos de trabalho interdisciplinar.

Esta vontade de investigar em educação e particularmente na área da avaliação pedagógica, no caso interdisciplinar, prende-se com o facto de poder acrescentar conhecimento à área científica, “contribuir para uma melhoria contínua dos educadores, concorrer para melhorar práticas e, para além disso, ajudar na avaliação de novas abordagens” (Creswell, 2012, p. 580). Ainda, segundo Creswell (2012), “um dos mais desafiadores aspetos de conduzir uma investigação é, claramente, identificar a problemática que gera uma necessidade para o estudo” (p. 59). Desta forma pretende-se fazer jus ao facto de os temas, as controvérsias e/ou as preocupações ao nível educacional serem fatores motivacionais para criar a necessidade de desenvolver investigação que responda e/ou esclareça as questões que se colocam.

Metodologia e Casos de Estudo

Hoje em dia temos escolas que, no âmbito da Autonomia e Flexibilidade Curricular, se encontram em distintos níveis de integração,

ou seja, escolas PPIP – Projeto-Piloto de Inovação Pedagógica, com cem por cento de flexibilidade, desde o ano letivo 2016/2017, escolas-piloto do Projeto de Autonomia e Flexibilidade, com vinte e cinco por cento de flexibilidade, desde o ano letivo 2017/2018, escolas em Autonomia e Flexibilidade Curricular desde o ano letivo 2018/2019, a partir do qual todas as escolas integraram o projeto e escolas que já têm Plano de Inovação, com mais de vinte e cinco por cento de flexibilidade, em função dos respetivos Planos aprovados, desde o ano letivo 2018/2019. Assim, será importante tentar perceber, como é que nestas escolas está a ser feita a avaliação pedagógica dos alunos, em contextos de trabalho interdisciplinar, sem nunca perder de vista tudo o que se encontra a montante dessa avaliação, neste caso a conceção, a planificação e a implementação dos projetos.

Com um tão alargado número de unidades escolares em Portugal e com a necessidade de restringir o número de casos foram definidos os seguintes critérios para a seleção das escolas: uma escola por cada nível de integração na Autonomia e Flexibilidade Curricular (máximo quatro); escolas com terceiro ciclo do Ensino Básico; escolas localizadas perto do local de residência e que sejam facilmente acessíveis em termos geográficos (concelhos de Sesimbra, Setúbal e Palmela) e escolas acessíveis em termos institucionais, onde seja fácil aceder às fontes de informação. Esta definição de critérios tem como principal objetivo delimitar o estudo por forma a possibilitar um maior aprofundamento, dentro do que é razoável e passível de ser concretizado.

Para esta temática e de acordo com o objetivo da investigação, o paradigma escolhido é o interpretativo, porque nas palavras de Coutinho (2014) “o que deve determinar a opção metodológica do investigador não será a adesão a uma ou outra metodologia, a um ou outro paradigma, mas o problema a analisar” (p. 35). Esta ideia é corroborada por Anguera (1985) que nos diz que “um investigador não tem de aderir cegamente a um dos paradigmas, podendo eleger livremente uma relação de atributos que, indistintamente, provenham de um ou de outro, se assim se conseguir uma adaptação flexível à sua problemática” (p. 28).

Na área das Ciências Sociais e, conseqüentemente, nas Ciências da Educação, a abordagem interpretativa apela a que os atores observados mostrem através das práticas e do modo como se comportam e/ou falam, o seu mundo passível de interpretação. A investigação interpretativa tem como objetivo a compreensão do significado atribuído pelos sujeitos aos acontecimentos que lhes

dizem respeito e aos “comportamentos” que manifestam e que são definidos em termos de “ações” (Lessard-Hébert, Goyette & Boutin 1990, p. 175). Ao nível da abordagem esta é qualitativa, uma vez que é impossível dissociá-la do paradigma interpretativo. De qualquer modo, não podemos esquecer que a escolha de uma abordagem qualitativa não é suficiente para conceder à investigação um carácter interpretativo. Essa característica passa pela postura do investigador que é parte indissociável da investigação e também pela metodologia escolhida. Essa escolha da modalidade de investigação, como também já foi dito, passa pela temática a analisar e, neste caso particular, a modalidade, sem intervenção do investigador, será a de Estudos de Caso Múltiplos – “Uma abordagem qualitativa de múltiplos casos circunscritos e estudados ao longo do tempo, através de uma recolha de dados detalhada e aprofundada envolvendo várias fontes de informação” (Creswell, 2012, p. 465). Esta designação, para Stake (1985), no original, é “collective case study” (p. 138), que na tradução de Amado (2017) recebe as designações de “estudo de caso múltiplo” e “estudo coletivo de casos” (p. 130). “A realização de estudos de caso múltiplos, incidindo em casos cuidadosamente escolhidos, permite compreender e contrastar muitos aspectos dos fenómenos que interessam a um investigador” (Ponte, 2006, p. 16). Dada a, ainda, parca investigação feita sobre a “Avaliação Interdisciplinar”, os estudos de caso poderão ser de carácter exploratório e o objetivo será permitir uma melhor compreensão da temática e, também, dar a possibilidade de teorizar sobre o assunto e contribuir para a criação de um referencial de aplicação prática.

A recolha de dados nesta investigação terá de ser preparada com rigor e com uma planificação muito pormenorizada, não só pelas questões éticas associadas à recolha dos dados nas escolas, mas também pela necessidade de controlo do tempo dada a grande quantidade de dados a recolher e, posteriormente, a tratar. Uma das técnicas a utilizar é a entrevista, dando destaque à semiestruturada, porque não limita totalmente, mas também não permite que haja um extravasamento do discurso. No caso dos docentes e discentes as entrevistas serão em grupo focal, para permitir uma maior participação e conseqüentemente mais e melhor informação. O número de entrevistas a Diretores(as) está à partida definido pelo número de escolas – quatro e as entrevistas a docentes e discentes serão, como já foi referido, em grupo focal, de acordo com o tipo de trabalho interdisciplinar que estiver a ser realizado nas escolas.

No caso dos discentes, o critério será o de seis alunos por grupo, que contenham dois alunos de nível elevado de sucesso, dois alunos com nível médio de sucesso e dois alunos com nível baixo de sucesso. A análise documental será outra das técnicas e consistirá na consulta de vários documentos das unidades escolares, nomeadamente Projetos Educativos, Planos de Inovação, Atas de Departamento, de Conselho Pedagógico, de Conselho Geral e de Equipa Pedagógica. A partir dos objetivos serão criadas categorias relacionadas com a temática de forma a poder realizar a análise de conteúdo, com recurso ao *software* NVivo.

Ponto da Situação

No presente momento esta investigação de doutoramento está, ainda, numa fase inicial do seu desenvolvimento. Estamos a consolidar a revisão de literatura e a iniciar a construção dos instrumentos, no caso, as entrevistas semiestruturadas. Nesta fase, fazendo jus à temática em estudo, que aborda a colaboração docente, estamos a desenvolver um trabalho colaborativo com outra equipa de investigação de doutoramento, que se encontra a trabalhar uma temática análoga. Esta colaboração materializa-se numa efetiva partilha de leituras, possibilitada pela utilização de uma ficha de leitura comum. Esta colaboração também se desenvolve ao nível da construção dos instrumentos de recolha de informação. Há nesta situação um isomorfismo de processos tentando pôr em prática na metodologia das investigações, um dos conceitos em investigação.

Referências

- Amado, J. (2017). *Manual de investigação qualitativa em educação* (3.^a ed.). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. Doi: <https://doi.org/10.14195/978-98926-1390-1>
- Anguera, M. (1986). *La investigación cualitativa*. Barcelona: Educar. UAB.
- Berthiaume, D., David, J., & David, T. (2011). Réduire la subjectivité lors de l'évaluation des apprentissages à l'aide d'une grille critériée: repères théoriques et applications à un enseignement interdisciplinaire. *Revue Internationale de Pédagogie de L'enseignement Supérieur*, 27(2). (2532). Obtido de <http://journals.openedition.org/ripes/54>
- Cid, M., & Fialho, I. (2011). Critérios de avaliação. Da fundamentação à operacionalização. In I. Fialho & H. Salgueiro (Orgs) *TurmaMais e sucesso*

na escola. *Contributos teóricos e práticos*. Évora: CIEP - Universidade de Évora.

Coutinho, C. (2014). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas*. Coimbra: Edições Almedina, SA.

Creswell, J. (2012). *Educational research: Planning, conducting and evaluating quantitative and qualitative research*. Boston: Pearson.

Fazenda, I. (1999). *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*. 4 Edição. Campinas, Brasil: Papyrus.

Fernandes, D. (2006). Para uma teoria da avaliação formativa. *Revista Portuguesa de Educação*, 19(2), (21-50).

Fernandes, D. (2020). *Critérios de avaliação. Projeto de monitorização acompanhamento e investigação em avaliação pedagógica (Projeto MAIA)*. Lisboa: IE-UL.

Fernandes, D. (2021). Avaliação Pedagógica, Classificação e Notas: Perspetivas contemporâneas. Projeto de monitorização acompanhamento e investigação em avaliação pedagógica (Projeto MAIA). Lisboa: IE-UL.

Fortes, C. (2011). *A temática da interdisciplinaridade no curso de especialização em gestão educacional no período de 1999 a 2010*. Santa Maria, Brasil: Centro de Educação-UFSM.

Klein, J. (1990). *Interdisciplinarity, history, theory & practice*. Detroit, USA: Wayne State University Press.

Lessard-Hérbert, M., Goyette, G., & Boutin, G. (1990). *Investigação qualitativa fundamentos e práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.

Martins, G., Gomes, C., Brocardo, J., Pedroso, J., Carrillo, J., Silva, L.... Rodrigues, S. (2018). *Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória*. Lisboa: Ministério da Educação.

Morin, E. (2000). *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez.

Ponte, J. (2006). *Estudos de caso em educação matemática*. *Bolema*, 25, (105-132).

Roldão, M.C. (2007). Colaborar é preciso – questões de eficácia e qualidade no trabalho dos professores. *Noesis*, 71, 24-29.

Stake, R. E. (1995). *The art of case study research*. Thousand Oaks-CA: Sage.

Legislação

Decreto-Lei n.º 54/2018. (6 de julho de 2018). Presidência do Conselho de Ministros. *Diário da República n.º 129/2018, Série I*. Lisboa: DRE-INCM. Obtido de <https://data.dre.pt/eli/declei/54/2018/07/06/p/dre/pt/html>

Decreto-Lei n.º 55/2018. (6 de julho de 2018). Presidência do Conselho de Ministros. *Diário da República n.º 129/2018, Série I*. Lisboa: DRE-INCM. Obtido de <https://data.dre.pt/eli/declei/55/2018/07/06/p/dre/pt/html>

Despacho n.º 5908/2017. (5 de julho de 2017). Educação - Gabinete do Secretário de Estado da Educação. *Diário da República n.º 128/2017, Série II*. Lisboa: DRE-INCM. Obtido de <https://dre.pt/application/conteudo/107636120>

Portaria n.º 223-A/2018. (3 de agosto de 2018). Educação. *Diário da República n.º 149, 1.º Suplemento, Série I*. Lisboa: DRE-INCM. Obtido de <https://data.dre.pt/eli/port/223a/2018/08/03/p/dre/pt/html>